



## **ENTREVISTA**



## ENTREVISTA COM DERMEVAL SAVIANI: DESAFIOS DA PESQUISA EM HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO

Entrevistadores:  
**Eraldo Ilme Batista<sup>1</sup>**  
**João Carlos da Silva<sup>2</sup>**



Vol.10 n° 19 jan./jun.2015  
p. 159 - 165

Estudioso da educação brasileira, Dermeval Saviani é, atualmente, professor emérito da Universidade de Campinas (Unicamp) e coordenador geral do Grupo Nacional de Estudos e Pesquisas História, Sociedade e Educação no Brasil (HISTEDBR), que completou vinte anos em 2006. Como pesquisador, tem dado importantes contribuições para o entendimento da história da educação e é um instigador do debate acerca do papel do educador dentro e fora da escola. Formado em Filosofia pela PUC-SP (1966), Saviani doutorou-se em Filosofia da Educação pela mesma instituição em 1971. Em 1986, na Unicamp, alcançou a livre-docência em História da Educação, e, posteriormente, em 1994-95, passou por período de estágio sênior na Itália. Dermeval Saviani é autor de numerosos trabalhos publicados na forma de livros e de artigos em revistas nacionais e internacionais. Foi membro do Conselho Estadual de Educação de São Paulo, coordenador do Comitê de Educação no CNPq e coordenador de pós-graduação na UFSCar, PUC-SP e Unicamp. Como prêmios, foi condecorado com a Medalha do Mérito Educacional do MEC e recebeu da Unicamp o Prêmio Zeferino Vaz de Produção Científica. Autor de vasta bibliografia sobre filosofia, educação e história da educação, como *Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações*; *Educação: do senso comum à consciência filosófica*; *Escola A nova lei da educação (LDB): trajetória, limites e perspectivas*; e *Educação brasileira: estrutura e sistema e História das idéias pedagógicas no Brasil*. O professor Dermeval Saviani é hoje referência indispensável àqueles que procuram uma compreensão ampla e rigorosa da história da educação brasileira. Nesta entrevista Saviani trata sobre os desafios da pesquisa em história da educação bem como traça um painel sobre as perspectivas da educação brasileira.

I. Professor Dermeval Saviani, o senhor é o coordenador nacional do Grupo Nacional de Estudos e Pesquisas História, Sociedade e Educação no Brasil (HISTEDBR). Em 2016

<sup>1</sup> Doutor em Educação pela Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP, vinculado ao Grupo de pesquisa HISTEDBR - Grupo de Pesquisa em História, Sociedade e Educação no Brasil - GT da Região Oeste do Paraná, HISTEDOPR. Realiza Pós-Doutorado no Programa de Pós-Graduação em educação, UNIOESTE, Campus de Cascavel.

<sup>2</sup> Doutor em História e filosofia da Educação/FE-UNICAMP. Professor no Colegiado do Curso de Pedagogia /UNIOESTE, Campus Cascavel, PR Membro do Grupo de pesquisa HISTEDBR/GT-Cascavel. E-mail: jcsilva05@terra.com.br

este grupo completa 30 anos. Quais os desafios colocados para este grupo no que tange à pesquisa em história da educação?

**R.:** O HISTEDBR, criado em 1986 na UNICAMP, se constituiu como um Grupo Nacional a partir de 1991, com o início do projeto “Levantamento e Catalogação das Fontes Primárias e Secundárias da Educação Brasileira (para uso de historiadores da educação e outros pesquisadores)”. Para o desenvolvimento desse projeto foram constituídos Grupos de Trabalho (GTs) em diferentes instituições de diversos estados do país. A partir daí a maioria dos GTs iniciais foram se consolidando e novos GTs foram surgindo compondo um conjunto amplo que se constitui na base da existência do HISTEDBR, assegurando atividades regulares representadas pelos Seminários Nacionais (com nove edições já realizadas); pelas Jornadas Regionais (com doze edições); e pela Revista HISTEDBR On-Line com 57 números já publicados, além de eventos específicos e da publicação de livros na forma de coletâneas.

De modo geral, os desafios enfrentados pelo grupo no que se refere à pesquisa em história da educação decorrem do contexto atual que, do ponto de vista das políticas de pós-graduação e pesquisa, conduziu ao fenômeno que vem sendo identificado como um exacerbado produtivismo; e, do ponto de vista da orientação teórico-metodológica, à hegemonia da visão pós-moderna no âmbito da cultura e da história cultural no âmbito da historiografia educacional. Em termos específicos, provavelmente o maior desafio enfrentado pelo HISTEDBR na atual conjuntura diz respeito às condições de exercício da Coordenação Nacional que, sediada na FE-UNICAMP, conta com uma equipe diminuta, sem perspectivas de ampliação.

2. Olhando para o passado, como o senhor avalia a situação da educação brasileira? Avançamos em relação ao nosso passado?

**R.:** Em perspectiva histórica podemos considerar que a educação brasileira avançou significativamente a partir da década de 1930. Em termos quantitativos, constatamos que a matrícula geral saltou de 2.238.773 alunos em 1933 para 44.708.589 em 1998. Considerando-se que a população do país girava em torno de 40 milhões em 1933, passando a aproximadamente 167 milhões em 1998, conclui-se que, enquanto a população global quadruplicou, a matrícula geral aumentou vinte vezes. Vê-se, assim, que, relativamente, a trajetória do século XX representou, do ponto de vista quantitativo, um significativo avanço no campo educacional.

Entretanto, em razão do imenso déficit histórico que veio se acumulando, mesmo em termos quantitativos as deficiências ainda são enormes, o que pode ser evidenciado ao se observar que em 1890, no início do período republicano, a taxa de analfabetismo estava em torno de 85% em relação à população total (12.213.356 para uma população de 14.333.915). Passados cem anos, constata-se uma redução relativa já que aquela taxa caiu para cerca de 30% (oficialmente registram-se 21,6% em relação à população de idade igual ou superior a sete anos, o que projeta uma taxa de 33,68% para a população total, tomando-se os dados do Censo de 1991). No entanto, se consideramos a população total (146.825.475, conforme o mesmo Censo de 1991), veremos que 33,68% correspondem a 49.458.776. Portanto, o número absoluto de analfabetos quadruplicou.

Ao longo dos últimos dez anos podemos contabilizar alguns avanços representados por iniciativas da União em relação à educação básica. Em termos gerais, porém, não conseguimos ainda superar aquilo que considero a equação perversa da educação brasileira expressa na seguinte fórmula: filantropia + protelação + fragmentação + improvisação = precarização geral do ensino no país.

3. Com relação à questão teórico - metodológica no campo da pesquisa em história da educação, como o senhor avalia o quadro atual, considerando a presença hegemônica da

#### Pós-Modernidade?

**R.:** Como sabemos, a partir da década de 1990 a historiografia da educação brasileira passou a ser hegemonizada pela perspectiva teórico-metodológica conhecida como “História Cultural”. Desde suas origens e particularmente a partir de sua institucionalização e conversão em Grupo Nacional, em 1991, o HISTEDBR procurou estabelecer uma interlocução ativa e crítica abrindo um debate amplo sobre a questão teórico-metodológica como se pode ver na programação dos três primeiros seminários realizados em 1991, 1992 e 1995, assim como no IV Seminário, realizado em 1997, cujo tema central foi exatamente “O debate teórico-metodológico no campo da História e sua importância para a pesquisa educacional”. Como assinala em outras oportunidades, desde o momento em que a nova tendência começou a invadir o campo da historiografia educacional, o HISTEDBR se manteve atento às questões que se levantavam entendendo que, em lugar de aderir comodamente à nova onda que procurava hegemonizar o campo da história da educação, cabia aprofundar a discussão, sem dogmatismos ou pré-julgamentos de qualquer espécie. Essa estratégia permitiu que o HISTEDBR viesse a contribuir de forma importante para o desenvolvimento da área de história da educação. Sua posição impediu que se instituisse na disciplina uma unanimidade artificial e pouco consistente resultante da adesão incontestável a uma determinada compreensão que procurava se impor como uma espécie de pensamento único. Assim, podemos concluir que a atuação do HISTEDBR foi decisiva para garantir o debate que permitiu manter oxigenada a área de História da Educação. O quadro atual parece mais satisfatório tanto em termos gerais à vista de certo recuo da orientação político-econômica denominada de neoliberalismo, como no âmbito específico da história da educação no qual o advento da Sociedade Brasileira de História da Educação vem permitindo uma convivência mais tranquila entre as várias correntes teórico-metodológicas.

4. Com relação à educação escolar, alguns setores desconsideram a importância da mesma, chegando ao ponto de afirmar que esta educação formal, apenas reproduz os interesses da classe dominante, portanto, a escola não seria um local de disputa política ou de transmissão do conhecimento, pois o mesmo já vem pronto e definido pelos órgãos governamentais. Quais os limites desta escola formal e quais as possibilidades existentes na mesma para o processo de transmissão do conhecimento e de luta política?

**R.:** Considerando que as características especificamente humanas não estão inscritas na genética e, portanto, não são herdadas pelos indivíduos ao nascer, mas são produzidas historicamente, elas devem ser adquiridas por meio da atividade educativa. É, pois, pela educação que os indivíduos da espécie humana se apropriam das objetivações historicamente produzidas e que já se encontram em seu contexto desde o nascimento. E isso não ocorre simplesmente por osmose. Podia antes ocorrer por processos espontâneos. Mas na contemporaneidade já se incorporaram ao modo de vida humano elementos formalmente construídos e sistematicamente elaborados que exigem, também, processos formais e sistemáticos de aquisição. É esse fato histórico que converteu a escola na forma principal e dominante de educação. Entre os elementos referidos destaca-se a questão da escrita, que é o registro da fala, signo sonoro, por meio de signos visuais. Essa passagem reveste-se de grande importância porque objetiva a linguagem em suportes materiais que podem ser transmitidos com grande amplitude no espaço e no tempo, estendendo-se a indivíduos e povos das mais distintas regiões e passando de geração em geração. Como diz o ditado latino, “verba volant, scripta manent” (as palavras voam, os escritos ficam). Tão fundamental foi esse salto que os historiadores tendem a situá-lo como o marco diferenciador entre a pré-história e a história. E a linguagem escrita, por não ser espontânea e “natural” como a linguagem oral, mas formal e codificada requer, para sua assimilação, processos também formais, sistemáticos e codificados. Não podia, portanto, ser aprendida

por um processo educativo espontâneo e assistemático. Exigia, pois, para ser instituída, uma educação específica, formalmente construída. E a instituição escolar veio cumprir essa exigência.

Releva, pois, a grande importância da educação escolar, o que a torna objeto de disputa no contexto da luta de classes. Nesse quadro a classe dominante, que controla o Estado, procura controlar também a educação escolar colocando-a a serviço de seus interesses e limitando o acesso dos trabalhadores aos conhecimentos sistematizados em cujo centro se encontram os conteúdos científicos. Os trabalhadores, por sua vez, se organizam e lutam para, por meio das escolas, ter acesso à forma escrita na qual se expressam os conhecimentos de base científica que são indispensáveis para potencializar sua luta política pela libertação da dominação e construção de uma nova sociedade.

Portanto, a escola pública entra em contradição com as exigências inerentes à sociedade capitalista. Esta, ao mesmo tempo em que exige a universalização da forma escolar de educação, não a pode realizar porque isso implicaria a sua própria superação. Com efeito, o acesso de todos, em igualdade de condições, às escolas públicas organizadas com o mesmo padrão de qualidade, viabilizaria a apropriação do saber por parte dos trabalhadores. Mas a sociedade capitalista se funda exatamente na apropriação privada dos meios de produção. Assim, o saber, como força produtiva independente do trabalhador se define como propriedade privada do capitalista. O trabalhador, não sendo proprietário de meios de produção, mas apenas de sua força de trabalho, não pode se apropriar do saber. Portanto, a escola pública, concebida como instituição de instrução popular destinada a garantir a todos o acesso ao saber, entra em contradição com a sociedade capitalista.

Em suma, na sua radicalidade, o desafio posto pela sociedade de classes do tipo capitalista à educação pública só poderá ser enfrentado, em sentido próprio, com a superação dessa forma de sociedade. A luta pela escola pública coincide, portanto, com a luta pelo socialismo por ser este uma forma de produção que socializa os meios de produção superando sua apropriação privada. Com isto socializa-se o saber viabilizando sua apropriação pelos trabalhadores, isto é, pelo conjunto da população. E escola pública resulta, pois, num instrumento estratégico na luta pela transformação da sociedade atual.

5. Recentemente, tivemos a aprovação do Plano Nacional de Educação (PNE), de cujo debate o Senhor participou ativamente, dando sugestões e participando do debate para a elaboração do mesmo. O Plano apresenta avanços? Como garantir que de fato este Plano seja implementado?

R.: Sem dúvida, é possível constatar alguns avanços, ainda que limitados, no PNE aprovado em 25 de junho de 2014. Com certeza o avanço mais importante foi a aprovação, para ser atingida em 2024, da meta de 10% do PIB para a educação. No entanto, enquanto a proposta aprovada em primeira instância na Câmara dos Deputados especificava que essa meta se referia à educação pública, na versão final prevaleceu a redação dada pelo Senado que, excluindo o adjetivo “pública”, permite que os 10% do PIB abranjam, também, o ensino privado. Ainda no que se refere ao financiamento podemos considerar igualmente como um avanço a inclusão do CAQ (Custo Aluno-Qualidade), previsto nas estratégias 20.6, 20.7 e 20.8, como parâmetro para o financiamento da educação em todas as etapas e modalidades da educação básica. Esses avanços são fundamentais porque, como sabemos, a questão do financiamento é crucial, pois dela depende o alcance de todas as demais metas estabelecidas pelo PNE. O outro aspecto igualmente crucial para o atendimento das demais metas diz respeito à questão do magistério que, no PNE, é objeto das metas 15 e 16 (formação) e 17 e 18 (condições de exercício). Nesse caso, apesar de alguns avanços, o PNE deixou de contemplar dois aspectos fundamentais: a instituição de uma rede pública de formação de professores ancorada nas universidades públicas e a instituição, para os professores da

educação básica, da jornada de trabalho em tempo integral em uma única escola.

Quanto à questão de como garantir que esse novo PNE seja, de fato, implementado, será necessário vencer vários obstáculos, entre os quais destaco a cultura política enraizada na prática de nossos governantes, avessa ao planejamento e movida mais por apelos imediatos, midiáticos e populistas do que pela exigência de racionalidade inerente à ação planejada. Para reverter essa prática política e exigir o cumprimento das metas definidas no PNE, impõe-se a vigilante mobilização das várias organizações populares engajadas na luta em defesa da educação pública que deverão restaurar e ativar os Fóruns em defesa da escola pública nos níveis municipal, estadual e nacional. Somente a atuação firme e permanente desses Fóruns poderá assegurar que as metas do PNE não sejam, mais uma vez, proteladas.

Campinas, 4 de janeiro de 2015.

Recebido em: 03/04/2015

Aprovado para publicação em: 29/04/2015